



abn
concessões

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020
Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.: A Concessionária da Rodovia MG 050 S.A. está sediada no município de Divinópolis, estado de Minas Gerais. Constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - ("SETOP"). A Companhia tem como atividade a exploração - incluindo a operação, as obras de ampliações e melhorias, assim como a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada.
AB Concessões S.A.: A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia. A controladora AB Concessões é responsável pela concessionária mineira AB Nascentes das Gerais (100%) e pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%) e Triângulo do Sol (100%).
1. Destaques do ano de 2020: A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no ano de 2020 diminuiu 1,0% em relação ao ano de 2019, alcançando R\$ 136.537 mil. A receita líquida¹ no ano de 2020 foi de R\$ 143.344 mil (+4,3%). O tráfego da Companhia em 2020 foi de 21.772 mil de eixos equivalentes², volume 4,2% abaixo do tráfego registrado no ano de 2019. O EBITDA ajustado³ em 2020 foi de R\$ 90.737 mil (-8,0%).¹ Exclui as Receitas de Construção;² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão;³ O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).
2. Desempenho Operacional: O crescimento no volume de tráfego observado nos últimos anos se deu em função dos investimentos e melhorias realizados na Rodovia MG-050, e também pela retomada da atividade econômica regional de alguns setores específicos, tais como o transporte de calcário, minério, cimento e madeiras. O tráfego é representado, em grande parte, pelo deslocamento regional entre as cidades litorâneas à rodovia. Porém, o tráfego de 2020 da Companhia foi afetado pelas medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do COVID-19 e as medidas de restrição de circulação que foram aplicadas no Estado onde está localizada a rodovia. No Estado de Minas Gerais foram decretadas desde 22 de março medidas emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados.
3. Desempenho Econômico-Financeiro:

	2020	AV%	2019	AV%	Var R\$	Var %
Receita Operacional Líquida	238.905	111,6%	213.988	120,7%	24.917	11,6%
Custo dos Serviços Prestados	(230.980)	-107,9%	(189.567)	-107,0%	(41.413)	21,8%
Lucro Bruto	7.925	3,7%	24.421	13,8%	(16.496)	-67,5%
Receitas (Despesas) Operacionais	(23.072)	-10,8%	(5.018)	-2,8%	(18.054)	359,8%
Despesas gerais e administrativas	54	0,0%	290	0,2%	(236)	-81,4%
Outras receitas operac., líquidas	(15.093)	-7,1%	19.693	11,1%	(34.786)	-176,6%
Lucro Operac. antes Res. Financ. Resultado Financeiro	735	0,3%	4.288	2,4%	(3.553)	-82,9%
Receitas financeiras	(56.601)	-26,5%	(65.885)	-37,2%	9.284	-14,1%
Despesas financeiras	(55.866)	-26,1%	(61.597)	-34,8%	5.731	9,3%
Lucro Operac. e antes do IR e CS	(70.959)	-33,2%	(41.904)	-23,6%	(29.055)	69,3%
IR e CS - Diferidos	(11.110)	-5,2%	14.001	7,9%	(25.111)	-179,4%
Lucro Líquido do Exercício	(82.069)	-38,4%	(27.903)	-15,7%	(54.166)	194,1%
Lucro p/Ação Básico e Diluído-R\$	(0,14)	-	(0,06)	-	-	135,3%

Receita Líquida: A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2020	AV%	2019	AV%	Var R\$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	136.537	100,0%	137.956	100,0%	(1.419)	-1,0%
Outras receitas	16.034	11,7%	12.360	9,0%	3.674	29,7%
Receita de serviços de construção(*)	95.561	70,0%	76.528	55,5%	19.033	24,9%
Receita bruta	248.132	181,7%	226.844	164,4%	21.288	9,4%
Impostos sobre as receitas:						
Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN	(6.608)	-4,8%	(6.677)	-4,8%	69	-1,0%
PIS	(465)	-0,3%	(1.101)	-0,8%	636	-57,8%
COFINS	(2.154)	-1,6%	(5.078)	-3,7%	2.924	-57,6%
Receita líquida	238.905	175,0%	213.988	155,1%	24.917	11,6%
Receita Liq. (exclui rec. construção)	143.344	100,0%	137.460	100,0%	5.884	4,3%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R\$ 137.460 mil no exercício encerrado em 31/12/2019, para R\$ 143.344 mil no exercício encerrado em 31/12/2020. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) em 2020, houve aumento no valor da contraprestação pecuniária em razão da melhoria na nota média do QID (Quadro de Indicadores de Desempenho), cuja aferição é efetuada mensalmente, visando assegurar as condições necessárias à prestação de serviços da concessionária; ii) reajuste do valor da tarifa básica de pedágio em +2,3% a partir de 11/09/2020; **Custos dos Serviços Prestados e Despesas Gerais e Administrativas:** Os custos dos serviços prestados passaram de R\$ 189.567 mil no exercício encerrado em 31/12/2019 para R\$ 230.980 mil no exercício encerrado em 31/12/2020. As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 5.018 mil no exercício encerrado em 31/12/2019 para R\$ 23.072 mil no exercício encerrado em 31/12/2020.

	Balanco Patrimonial					
Ativos/Circulantes	Nota	2020	2019	Passivos e patrim. líquido/Circulantes	Nota	2020
Caixa e equivalentes de caixa	3	25.723	37.240	Debêntures	7	176.881
Contas a receber de clientes	4	6.774	5.723	Arrendamento mercantil	5	537
Contas a receber do Poder Concedente	4	1.467	3.113	Fornecedores	8	26.276
Impostos a recuperar		840	809	Partes relacionadas	5	274
Outros ativos		965	904	Obrigações sociais e trabalhistas	3	3.744
Total dos ativos circulantes		35.769	47.789	Obrigações fiscais	9	1.706
Não circulantes				Provisão p/manutenção e investimentos	9	34.141
Impostos a recuperar		617	18	Outras contas a pagar	1	1.478
Outros ativos		8.609	18.451	Total dos passivos circulantes		245.037
Imp. de renda e contrib. social diferidos	11	102.474	113.584	Não circulantes		
Depósitos e bloqueios judiciais	10	24.492	28.174	Debêntures	7	380.494
Direito de uso		1.228	1.114	Arrendamento mercantil	5	743
Intangível	6	738.634	713.254	Dividendos a pagar	5	5.785
Ativo contratual	6	73.403	80.213	Prov./priscos civis, trabalhistas e tribut.	10	50.750
Total dos ativos não circulantes		949.457	954.808	Provisão p/manutenção e investimentos	9	97.990
Total dos ativos		985.226	1.002.597	Total dos passivos não circulantes		535.762

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumul.	Total
Saldos em 31/12/2018	446.879	7.401	(211.881)	242.399
Aum. capital em espécie	22.000	-	-	22.000
Prejuízo do exercício	-	-	(27.903)	(27.903)
Saldos em 31/12/2019	468.879	7.401	(239.784)	236.496
Aum. capital em espécie	50.000	-	-	50.000
Prejuízo do exercício	-	-	(82.069)	(82.069)
Saldos em 31/12/2020	518.879	7.401	(321.853)	204.427

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia MG050 S.A. ("Companhia"), sediada em Divinópolis/MG, e constituída em 16/05/2007, iniciou suas atividades pré-operacionais em 22/05/2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para a exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Governo do Estado de Minas Gerais (SEINFRA) e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24/10/2003. A Companhia tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. A Companhia obteve, em 6/03/2017, o registro como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A., por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia ("Grupo"). O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007, as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas. Os riscos relacionados à demanda do tráfego da rodovia, em referência ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constantes no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para a SEINFRA, devendo as consequências serem consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são revertidas ou de responsabilidade integral da Companhia, e as variações verificadas a maior acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Companhia e a SEINFRA, conforme anteriormente especificado. As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida até 30 de abril. Além da arrecadação pelo tráfego, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SEINFRA. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Companhia visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de aproximadamente R\$1.233 e é determinado atualmente pelo IPCA. Em 16/04/2015, foi sancionada o Decreto Federal nº 8.433, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão patrocinada, a Companhia possui o direito à recomposição do equilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade do referido decreto. Em 11/07/2013, foi assinado o 6º Termo Aditivo - TA ao contrato de concessão que: (a) alterou o cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro e adequação gerencial, constante no 5º TA; (b) alterou o plano de negócios da rodovia, constante no 5º TA; e (c) alterou o QID, constante no 5º TA. Em 11/05/2017 foi homologada a versão definitiva do TA nº 7 ("TA07") do contrato de concessão. O referido TA tem como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio principalmente de: (a) uma atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro; (b) Reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária mencionado na Nota 4 e com a respectiva atualização monetária. Este valor foi compensado com os valores necessários à conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente (Nota 10), e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária. Nesse TA também foi reconhecido o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a favor da Companhia que será pontualmente reequilibrado nos termos do Contrato de Concessão. Após a homologação do TA07 definitivo, a Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes do contrato de concessão patrocinada: Rodovia MG 050: • Duplicação do trecho compreendido entre o Km 57,6 e o Km 61,1, localizado no município de Juatuba, com implantação de uma passagem inferior de veículos e de pedestres e duas passagens inferiores de pedestres, além de vias marginais

	2020	AV%	2019	AV%	Var R\$	Var %
Serviços de terceiros - conserva, manutenção e operação das rodovias	38.299	15,1%	(17.736)	9,1%	(20.563)	115,9%
Amortização de intangível	(67.531)	26,6%	(61.219)	31,5%	(6.312)	10,3%
Gastos com prestadores de serviços	(19.064)	7,5%	(20.207)	10,4%	1.143	-5,7%
Gastos com funcionários	(16.243)	6,4%	(15.965)	8,2%	(278)	1,7%
Gastos com materiais e equip.	(1.975)	0,8%	(2.056)	1,1%	81	-3,9%
Custos com construção	(95.561)	37,6%	(76.528)	39,4%	(19.033)	24,9%
Prov. priscos civis, tribut. e trab.	(7.177)	2,8%	(981)	0,5%	(6.196)	631,6%
Reembolso de Seguros	(6.153)	2,4%	3.326	-1,7%	(9.389)	-290,1%
Despesas com seguros	(650)	0,3%	(620)	0,3%	(30)	4,8%
Outras despesas	(1.399)	0,6%	(2.509)	1,3%	1.110	-44,2%
Outras receitas	54	0,0%	290	0,1%	(236)	-81,4%
	(253.998)	100,0%	(194.295)	100,0%	(59.703)	30,7%

Classificadas como:
Custo dos serviços prestados (230.980) 90,9% (189.567) 102,0% (41.413) 21,8%
Gerais e administrativas (23.072) 9,1% (5.018) 2,7% (18.054) 359,8%
Outras receitas operac., líquidas 54 0,0% 290 0,2% (236) -81,4%
Total (253.998) 100,0% (194.295) 100,0% (68.094) 36,6%

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais:

	2020	AV%	2019	AV%	Var %
Funcionários	(16.243)	13,5%	(15.965)	16,0%	1,7%
Materiais e equipamentos	(1.975)	1,6%	(2.056)	2,1%	-3,9%
Prestadores de serviços	(19.064)	15,9%	(20.207)	20,2%	-5,7%
Provisão/p/risco civis, tribut. e trabalhistas	(7.177)	6,0%	(981)	1,0%	631,6%
Reembolso de Seguros	(6.153)	5,1%	3.326	-3,2%	-290,1%
Outras receitas/despesas	(1.995)	1,7%	(2.839)	2,8%	-29,7%
Sub Total	(52.607)	43,8%	(38.812)	38,8%	35,5%
Depreciação e amortização	(67.531)	56,2%	(61.219)	61,2%	10,3%
Sub Total	(120.138)	100,0%	(100.031)	100,0%	20,1%
Despesas Relac.a Ampliações e Manutenção	2020	AV%	2019	AV%	Var %
Conserva especial	(24.409)	33,0%	(44.174)	23,0%	103,9%
Constituição da provisão para manutenção	(38.299)	28,6%	(17.736)	18,8%	115,9%
Constituição da provisão para manutenção	24.409	33,0%	44.174	23,0%	103,9%
Despes.com construção	(95.561)	71,4%	(76.528)	81,2%	24,9%
Sub Total	(133.860)	100,0%	(94.264)	100,0%	42,0%
Total Custos e Despesas Operacionais	(253.998)		(194.295)		30,7%

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram: - Provisão para riscos civis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

	2020	2019	V.H.
EBITDA Ajustado:	238.905	213.988	11,6%
Receita líquida	(95.561)	(76.528)	24,9%
Receita líquida (ex receita de construção)	143.344	137.460	4,3%
Custos operacionais	(253.998)	(194.295)	30,7%
Custos de construção	95.561	76.528	24,9%
Custos operacionais (ex custos de construção)	(158.437)	(117.767)	34,5%
EBIT	15.993	19.693	-176,6%
Depreciação e amortização	67.531	61.219	10,3%
EBITDA	52.488	80.912	-35,2%
Provisão para manutenção	90.799	17.736	115,9%
EBITDA Ajustado	29.337	98.648	-8,0%
Margem EBITDA Ajustada	63,3%	71,8%	-11,8%

O EBITDA ajustado da Companhia - métrica utilizada para melhor refletir a geração de caixa, pois exclui efeitos contábeis da provisão para manutenção futura - foi de R\$ 90.737 mil em 2020 (-8,0%). **Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro:** O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 19.693 mil no exercício encerrado em 31/12/2019 para prejuízo operacional de -R\$ 15.093 mil no exercício findado em 31/12/2020. **Resultado Financeiro Líquido:** O resultado financeiro da Companhia foi de -R\$ 55.866 mil em 2020 (-9,3%). O principal fator que explica a variação entre os períodos é a redução da receita financeira. **Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:** O prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos passou de - R\$ 41.904 mil no exercício encerrado em 31/12/2019 para -R\$ 70.959 mil no exercício encerrado em 31/12/2020. **Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição Social diferidos passaram de R\$ 14.001 mil no exercício encerrado em 31/12/2019 para R\$ 11.110 mil no exercício encerrado em 31/12/2020. **Prejuízo Líquido do Exercício:** O prejuízo líquido do Exercício passou de -R\$ 27.903 mil no exercício encerrado em 31/12/2019 para -R\$ 82.069 mil no exercício encerrado em 31/12/2020. **Aumento de Capital:** Em 22 de dezembro 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$20.000 mil, com a emissão de 45.454 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas nessa data, e integralizadas através do aporte em dinheiro por sua acionista, em parcelas, ocorrendo a integralização completa em 31/12/2020. Em 13/07/2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$30.000 mil, com a emissão de 61.224.490 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas nessa data, através do aporte em dinheiro por sua acionista. **Investimentos:** No ano de 2020, a Concessionária Nascentes das Gerais mais uma vez, vem aumentando seus investimentos na rodovia, de forma a entregar aos usuários uma rodovia mais segura, confortável e

Demonstração do Resultado			2020	2019	Demonstração do Fluxo de Caixa			2020	2019
Receita operacional líquida	13	238.905	213.988	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Custo dos serviços prestados	14	(230.980)	(189.567)	Prejuízo do exercício			(82.069)	(27.903)	
Lucro bruto		7.925	24.421	Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais: IR e contribuição social diferidos			11.110	(14.001)	
Receitas (despesas) operacionais				Amortização			67.531	61.219	
Despesas gerais e administrativas	14	(23.072)	(5.018)	Juros sobre empréstimos			15	-	
Outras receitas operacionais, líquidas	14	54	290	Juros sobre debêntures			43.732	57.103	
Lucro (prej.) operac. antes result. financ.		(15.093)	19.693	Prov. p/manutenção, invest. e ajuste de AVP			45.156	25.734	
Resultado financeiro	15			Prov. p/riscos civis, trabalhistas e tributários			7.177	981	
Receitas financeiras	15	735	4.288	Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Despesas financeiras		(56.601)	(65.885)	Contas a receber de clientes e do Poder Concedente			595	(708)	
Prej. operacional antes do IR e da CS		(70.959)	(41.904)	Impostos a recuperar e outros ativos			8.447	(8.208)	
IR e contribuição social - diferidos	11	(11.110)	14.001	Depósitos e bloqueios judiciais			3.648	(50)	
Prejuízo do exercício		(82.069)	(27.903)	Fornecedores			(2.565)	1.781	
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$		(0,14)	(0,06)	Fornecedores partes relacionadas			(231)	(7.988)	
Demonstração do Resultado Abrangente					2020			2019	
Prejuízo do exercício		(82.069)	(27.903)	Obrigações sociais e trabalhistas			107	211	
Resultado abrangente total do exercício		(82.069)	(27.903)	Obrigações fiscais			(569)	852	
contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o seguinte: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram registrados considerando-se a totalidade do contrato de concessão patrocinada e estão apresentados à valor presente, conforme mencionado na Nota 9. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens, cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Eventuais recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato serão discutidas com Poder Concedente, conforme previsões do Contrato de Concessão. Capital circulante negativo: Em 31/12/2020, o passivo circulante supera o ativo circulante no montante de R\$209.268 (R\$162.921 em 31/12/2019). Durante o exercício findo em 31/12/2020, a Companhia gerou caixa oriundo de atividades operacionais que, somando ao caixa disponível e aporte de sua controladora em julho e dezembro de 2020, permitiu que seus compromissos fossem honrados. Caso ocorra a necessidade de novos recursos para fazer frente às suas obrigações, a Companhia poderá levantar novos empréstimos e financiamentos com instituições financeiras ou acessar o mercado de capitais. Caso os empréstimos e financiamentos não sejam obtidos, a Companhia contará, ainda, com o aporte de capital da sua controladora. Covid-19: Em decorrência da pandemia relativa ao coronavírus (Covid-19), instaurada no âmbito mundial, no ano de 2020, diversas restrições estão sendo realizadas, por medidas preventivas à propagação do vírus. Até o presente momento, as consequências econômicas, revelaram uma queda parcial no tráfego da rodovia, em eixos equivalentes, a partir da 2ª semana de março de 2020, de aproximadamente -5,2% (-4,1% acumulado desde 10/1/2020). No cenário atual, não é possível prever com exatidão o impacto e a extensão da pandemia de Covid-19 nos negócios da Companhia e na economia mundial. Também não é possível prever quanto a pandemia vai durar e quais serão os impactos na atividade econômica para retornar aos patamares anteriores. Uma situação prolongada pode acarretar uma desaceleração econômica, que pode causar um efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia. De qualquer forma a Companhia vem adotando, junto com os órgãos reguladores e as instituições financeiras, medidas para mitigar os impactos da Covid-19. 2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 19/03/2021. Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma e são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis; determinação de taxas de desconto a valor presente, utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; determinação da provisão para manutenção e investimentos; determinação da provisão para riscos civis, trabalhistas e tributários e cronograma esperado de desembolsos; e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da administração, relaciona-					Provisão para manutenção - utilização			(24.409)	(44.174)
Prov. p/riscos civis, trab. e tribut. - utilização			(11.500)	(3.301)	Outras contas a pagar			863	1.406
Caixa gerado pelas atividades operacionais			67.038	42.953	Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			(110.079)	(78.546)	Aquisição de intangíveis				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			(110.079)	(78.546)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimo:					Captação			5.000	-
Pagamento de principal			(5.000)	-	Pagamento de juros de empréstimos			(15)	-
Pagamento de juros de empréstimos			(15)	-	Debêntures:				
Pagamento de juros de debêntures			(18.461)	(26.140)	Aumento de capital social			50.000	22.000
Aumento de capital social			50.000	22.000	Caixa oriundo das atividades de financiamento			31.524	(4.140)
Caixa oriundo das atividades de financiamento			31.524	(4.140)	Aumento (redução) de caixa e equiv. de caixa			(11.517)	(39.733)
Aumento (redução) de caixa e equiv. de caixa			(11.517)	(39.733)	Caixa e equiv. de caixa no início do exercício			37.240	76.973
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício			37.240	76.973	Caixa e equiv. de caixa no final do exercício			25.723	37.240
Demonstração do Valor Adicionado					2020	2019			
Receitas									
Receita de arrecadação com pedágio					136.537	137.956			
Receita de construção					95.561	76.528			
Outras receitas - contraprestação pecuniária					16.034	12.360			
					248.132	226.844			
Insumos adquiridos de terceiros					52.635	29.720			
Custo dos serviços prestados por terceiros					95.561	76.528			
Custo dos serviços de construção					7.339	8.012			
Materiais, energia e serviços de terceiros					14.336	2.616			
Outros					170.071	116.876			
Valor adicionado bruto					78.061	109.968			
Amortização					67.531	61.219			
Valor adicionado líquido produzido					10.530	48.749			
Valor adicionado recebido em transferência									
Receitas financeiras					735	4.288			
					735	4.288			
Valor adicionado total a distribuir					11.265	53.037			
Distribuição do valor adicionado									
Pessoal e encargos:									
Remuneração direta					9.500	9.515			
Benefícios					3.825	3.554			
GGTS					714	697			
Impostos, taxas e contribuições:									
Federais					16.086	(5.392)			
Estaduais					2	5			
Municipais					6.616	6.684			
Remuneração de capitais de terceiros:									
Juros					43.075	55.969			
Outras					13.516	9.908			
Remuneração de capitais próprios:									
Prejuízos acumulados					(82.069)	(27.903)			
					11.265	53.037			

...continuação

do contrato de concessão patrocinada, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (i) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (ii) investimentos que não geram potencial de receita adicional. Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura. Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota 9. c) Determinação das receitas de construção: Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado, conforme normas internacionais de contabilidade - IFRS. Na contabilização da receita de construção, a administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços. Também é efetuada análise dos custos de gerenciamento e de acionamento da obra e da empresa que efetua os serviços de construção. As receitas relativas à construção da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade às normas internacionais de contabilidade - IFRS. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra ("stage of completion"), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. No exercício findo em 31/12/2020, a Companhia reconheceu, como receita de construção, o montante de R\$95.561 (R\$76.528 em dezembro de 2019), e custo de construção nos mesmos valores. d) Provisão para manutenção e investimentos referente ao contrato de concessão patrocinada: A contabilização da provisão para manutenção, investimentos, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida à despesa de manutenção do período ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia são: **2.1 Instrumentos financeiros ativos:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro deem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. (a) Caixa e equivalentes de caixa: consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por período inferior a 90 dias da data da aquisição. (b) Contas a receber de clientes e do poder concedente: apresentadas pelo seu valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A Companhia apresenta valores a receber da empresa SCGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda. A Companhia não constitui provisão para redução de contas a receber por não haver histórico de perdas. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que estas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. **2.2 Ativo intangível:** A Companhia reconhece ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. O ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso, já que o método de reconhecimento de amortização por meio da projeção da curva de tráfego é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram classificados da rubrica de "Ativo intangível" da concessão para ativo contratual (Nota nº 6). A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que está em construção. **2.3 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis:** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a eventual perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas a não recuperação de ativos intangíveis no exercício findo em 31/12/2020 e exercício findo em 31/12/2019. **2.4 Instrumentos financeiros passivos:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Empréstimos e financiamentos: Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Todos os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos, exceto aqueles capitalizados aos ativos qualificados, conforme descrito na Nota 2.2. **2.5 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos:** Impostos correntes: As provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas sobre sua base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários e dos ajustes referentes a mudanças de políticas contábeis, conforme a Nota 11. Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributos lançados

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG 050 S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.822.767/0001-08

pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **2.6 Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e seu valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na Nota 10. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **2.7 Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão. É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários. Receita de contraprestação pecuniária: Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SEINFRA à Companhia visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na Nota 1. Receita de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria referente ao contrato de concessão patrocinada é reconhecida em virtude do estágio de conclusão das obras realizadas e dos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na Nota 2.c. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão, considerando os efeitos dos ajustes a valor presente. **2.8 Resultado básico e diluído por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do trimestre e do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social na data do balanço. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. A Cia. não possui ações com potencial de diluição. **2.9 Dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei e pelo Estatuto Social, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em AGO. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e o pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da rodovia e executadas as intervenções obrigatórias, previstas para dezembro de 2029. **2.10 Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória contábil nas IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Cia., representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). **2.11 Demonstração do valor adicionado:** A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.12 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31/12/2020 pelo "International Accounting Standards Board - IASB", foram aplicados pela Cia. nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2020.

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação, bases de mensuração, objetivos do relatório financeiro e informação útil.	A administração da Cia. avaliou os impactos do IFRS e entende que sua adoção não provocou um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de Negócios	Melhora a definição de negócio, ajudando na determinação se a aquisição é de um grupo de ativos ou de um negócio.	Essas alterações não tiveram impacto na demonstração financeira da Companhia
Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de Omissão Material	A nova definição estabelece que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou omissão pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras".	Essas alterações não tiveram impacto na demonstração financeira da Companhia

2.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

Norma	Descrição	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 17 - Contratos de Seguros	Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.	A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023, sendo assim, a administração da Companhia irá avaliar os impactos do IFRS nas demonstrações financeiras em sua futura adoção.
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante	O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.	As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a administração irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegotiação.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2020	2019
Caixa e contas bancárias	1.435	1.774
Aplicações financeiras (a)	24.288	35.466
Total	25.723	37.240

(a) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição. Compostas basicamente por Certificadoss de Depósito Bancário (CDBs), remuneradas na média à taxa de 95,92% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **4. Contas a receber de cliente e do poder concedente:**

	2020	2019
Pedágio eletrônico	6.621	5.585
Cupons de pedágio	153	138
	6.774	5.723
Contraprestação pecuniária (a)	1.467	3.113
	1.467	3.113

Total Contas a Receber de cliente e do Poder Concedente Circulante 8.241 8.836 8.241 8.836 (a) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, conforme cláusula nº 38 do contrato de concessão, os valores a receber de contraprestação estão garantidos pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (CODEMIG), que, em conjunto com o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER/MG, atua como interveniente no contrato de concessão, por meio de depósito em conta vinculada, observado o valor mensal da contraprestação pecuniária. A administração da Companhia não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis. O prazo médio de vencimento do pedágio eletrônico e dos cupons de pedágio é de 30 dias, exceto contas a receber de contraprestação pecuniária - SEINFRA. **5. Partes relacionadas:** As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

	2020	2019
Saldo patrimonial Passivo circulante Controladora		
AB Concessões S.A. (a)	274	504
Total	274	504
Transações Custos e despesas Controladora AB Concessões S.A.		
Total	1.084	976
	1.084	976

(a) Refere-se à prestação de serviços contábil, financeiro, fiscal, de recursos humanos e jurídico mediante contrato específico que definiu os serviços a serem realizados, assim como o preço. O contrato foi assinado em 2012, com prazo indeterminado, prevendo o reembolso dos custos e das despesas decorrentes do compartilhamento das atividades e da estrutura física, não estando sujeito

a encargos financeiros, e sem a prestação de garantias adicionais. Conforme mencionado na Nota 7, em 14/06/2017 a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples no montante total de R\$460.000, em 02 (duas) séries - 1ª Série e 2ª Série - sendo 260 e 200 debêntures não conversíveis em ações, respectivamente, com valor nominal unitário de R\$1.000, sendo essas últimas, 2ª Série no montante de R\$200.000, subscritas por sua parte relacionada Autotrade Concessões e Participações Brasil Ltda. ("Autotrade"), remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 6% ao ano. Os juros serão pagos na mesma data do vencimento do principal, em 14/07/2022. Em 30/12/2020, a controladora AB Concessões S/A adquiriu a integralidade das 200 (duzentas) Debêntures de emissão da Companhia; que correspondem a integralidade das debêntures da 2ª Série de montante original de R\$200.000 ("Debêntures Subordinadas"). A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários. O montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31/12/2020 foi de R\$1.797 (R\$1.785 em 31 de dezembro 2019), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

	2020	2019
Salários	1.107	1.105
Encargos	366	344
Outros benefícios	324	336
Total	1.797	1.785

6. Ativo contratual e intangível da concessão: A movimentação é e como segue:

	Intangível em rodovias (a)	Direito de uso e outros	Total
Saldos em 31/12/2018	975.861	748	976.609
Adições	94.923	50	94.973
Saldos em 31/12/2019	1.070.784	798	1.071.582
Adições	85.481	30	85.511
Baixas	(61)	-	(61)
Saldos em 31/12/2020	1.156.204	828	1.157.032

Amortização acumulada

	Intangível em rodovias (a)	Direito de uso e outros	Total
Saldos em 31/12/2018	(216.855)	(518)	(217.373)
Amortização	(60.651)	(91)	(60.742)
Saldos em 31/12/2019	(277.506)	(609)	(278.115)
Amortização	(66.855)	(86)	(66.941)
	61	-	61
Saldos em 31/12/2020	(344.300)	(695)	(344.995)

Amortização acumulada

	Intangível em rodovias (a)	Direito de uso e outros	Total
Saldos em 31/12/2019	793.278	188	793.467
Saldos em 31/12/2020	811.904	133	812.037
Taxa média de amortiz. (a.a.)	8,42%	20%	

Ativo intangível 738.634
Ativo contratual 73.403
Total ativo da concessão 812.037

(a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é calculada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão e registrada na rubrica "Custo dos serviços prestados". Ativo contratual (infraestrutura em construção): O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Do total do intangível em rodovias em 31/12/2020, R\$73.403 representam intangíveis em rodovia em andamento (R\$80.213 em 31/12/2019), os quais foram reclassificados para a rubrica de "Ativo contratual". A administração da Companhia revisa, em bases anuais, a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao seu valor de recuperação. Em 31/12/2020 e 31/12/2019, a administração não identificou a necessidade de reconhecer uma provisão para perdas no valor de recuperação desses ativos. **7. Debêntures:**

Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contra-tuais (%)	Vencimento	2020	2019
4ª emissão 1ª série	260	CDI a 100% +4,60% a.a.	Junho/2022	260.791	260.850
2ª série	200	CDI a 100% +6% a.a.	Julho/2022	297.395	273.068

Custo de transação 558.186 (811) (1.814)
Saldo líquido 357.375 532.104 103.729
Circulante 103.729 103.729 103.729
Não circulante 253.646 428.375 428.375
4ª emissão: Em 10/06/2020, a Companhia aprovou as alterações das datas de amortização e da taxa dos juros remuneratórios, da primeira série, majorando-os de CDI mais 4% para CDI mais 4,60%, a partir de 14/06/2020. Os pagamentos previstos para 14/06/2020 e 14/12/2020, foram acumulados, com o pagamento previsto para 14/06/2021, mantendo-se a periodicidade das demais amortizações e a data de vencimento do principal. Em 14/06/2017, a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples no montante total de R\$460.000, sendo 460 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em duas séries: • 1ª série: 260 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirogratária com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real. São remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 4,60% ao ano. Os juros são pagos semestralmente, em junho e dezembro e o vencimento do principal será em 14/06/2022; • 2ª série: 200 debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada e com garantia adicional fidejussória. São remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 6% ao ano. Os juros são pagos na mesma data do vencimento do principal, em 14/07/2022. As debêntures da 4ª emissão da Companhia são garantidas por: (1) Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora. (2) Cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão mencionado na Nota 1. (3) Fiança da controladora AB Concessões S.A.. Durante o exercício findo em 31/12/2020 foram apropriados juros de R\$43.732 (R\$57.103 em 31/12/2019) e foram pagos juros no montante de R\$18.461 (R\$26.140 em 31/12/2019). Cláusulas restritivas: A escritura da 4ª emissão de debêntures da Companhia contém cláusulas restritivas que poderão implicar o vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. A Companhia não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas em 31/12/2020. A escritura da 4ª emissão está arquivada e disponível para consulta na seção "Escrituras e aditamentos de debêntures" no endereço eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br).

8. Fornecedores:

	2020	2019
Fornecedores de serviços de construção	25.130	33.357
Fornecedores operacionais	1.146	2.158
Total	26.276	35.515

A Companhia possui fornecedores relacionados à obra de infraestrutura rodoviária, conforme definido em seu contrato de concessão, e também aqueles relacionados à operação, manutenção e administração da Companhia. **9. Provisão para manutenção e investimentos:** A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias, sendo, na provisão para investimentos, considerados os valores até o final da concessão e, na provisão para manutenção, considerados os valores da próxima intervenção, conforme descrito nas Notas 1 e 2, sendo ajustada a valor presente a taxa de 5,83% ao ano. A intervenção atual é considerada o segundo ciclo de intervenção e será finalizada em 2022, e a próxima intervenção ocorrerá a partir de 2023. A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
Saldos em 31/12/2018	77.379	59.676	137.055
Adições/atualização	17.736	15.203	32.939
Ajuste a valor presente	1.708	6.290	7.998
Utilizações	(44.174)	(4.539)	(48.713)
Saldos em 31/12/2019	52.649	76.630	129.279
Adições/atualização	38.299	(13.754)	24.545
Ajuste a valor presente	175	6.681	6.856
Utilizações	(24.409)	(4.140)	(28.549)
Saldos em 31/12/2020	66.714	65.417	132.131
Circulante	26.034	37.581	63.615
Não circulante	26.615	39.049	65.664
Saldos em 31/12/2019	52.649	76.630	129.279
Circulante	33.002	1.139	34.141
Não circulante	33.712	64.278	97.990
Total em 31/12/2020	66.714	65.417	132.131

10. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros: A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (não trabalhistas ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários. A administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam advir de referidos casos e estima que a decisão final dessas ações não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes. A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 20, e reconheceu o valor de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$8.609. A movimentação do saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e outros é conforme segue:

	Adi- cões	Re- versões	Utili- zações	Atual- izações	2020	2019
Cíveis (a)	34.802	13.285	(24.562)	(749)	5.355	28.131
Trabalhistas (b)	19.026	6.375	(1.340)	(10.751)	6.856	20.166
Outras conting.(c)	1.242	2.006	(798)	-	-	2.450
Tributária	3	-	-	-	-	3
Total	55.073	21.666	(26.700)	(11.500)	12.211	50.750

	2018	Adi- cões	Re- versões	Utili- zações	Atual- izações	2019
Cíveis (a)	35.172	7.049	(13.065)	(549)	6.195	34.802
Trabalhistas (b)	16.604	5.644	(677)	(2.752)	207	19.026
Outras conting.(c)	5.617	1.242	(5.617)	-	-	1.242
Tributária	-	3	-	-	-	3
Total	57.393	13.938	(19.359)	(3.301)	6.402	55.073

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, a desapropriações ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. Por recomendação dos seus advogados, a Companhia adotou o IPCA-E como índice de atualização das provisões de natureza trabalhistas, conforme aplicável. (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Público, inclusive ambientais. Adicionalmente, a Companhia é parte em processos cíveis (casos judiciais não tributários ou trabalhistas) decorrentes de pedidos de indenização por usuário das rodovias, desapropriações, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$54.877 (R\$69.336 em 31/12/2019), trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$2.782 (R\$5.720 em 31/12/2019). No exercício findo em 31/12/202

...continuação

CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA MG 050 S.A - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.822.767/0001-08

mais juros de entre 4% e 6% ao ano, conforme mencionado na Nota 7. **16. Prejuízo por ação:** A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do resultado básico e do resultado diluído por ação.

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(82.069)	(27.903)
Quant.média ponderada ações durante o exerc.	575.557	468.879
Prejuízo por ação - básico e diluído (em R\$)	(0,15)	(0,06)

No exercício findo em 31/12/2020 e 2019, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluído no resultado por ação, e, portanto, o resultado por ação básico e diluído são idênticos. **17. Demonstrações dos fluxos de caixa:** Informações suplementares:

	2020	2019
Trans.de invest.e financ. que não envolveram caixa		
Fornecedores de intangível	6.674	(5.763)
Utiliz.de prov.p/invest.na aquisição de intangível	(4.140)	(4.539)
Prov.p/investimento na aquisição de intangível	(13.754)	15.203

18. Instrumentos financeiros: De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos, sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir: Risco de capital: A administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social, as reservas de lucros e o dividendo adicional proposto. Os objetivos da Cia., ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade e a continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir custo e maximizar os recursos aplicados em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes. Endividamento: O índice de endividamento é o seguinte:

	2020	2019
Dívida financeira total	558.186	533.918
Caixa e equivalentes de caixa	(25.723)	(37.240)
Dívida líquida	532.463	496.678
Patrimônio líquido	239.584	236.496
Índice de endividamento líquido	2,22	2,10

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 2,22 em 31/12/2020 (2,10 em 31/12/2019), como resultado da 4ª emissão de debêntures públicas (Nota 7), cujos recursos foram destinados para o resgate total das debêntures da 3ª emissão, emitidas em 16/04/2015. Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado: Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que: (1) O caixa e equivalentes de caixa estão substancialmente indexados ao CDI. (2) As contas a receber de clientes, exceto contraprestação pecuniária, e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias. Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente, quando aplicável. Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer

os passivos de empréstimos e financiamentos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2020	2019		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	557.375	593.290	532.104	591.038

(*) Valores líquidos dos custos de transação. A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação: • Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); • Nível 3: são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31/12/2020, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos no exercício findo em 31/12/2020. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31/12/2020. A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

	2020	2019
Ativos	Designados ao valor justo por meio do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	25.723	37.240
	Empréstimos e recebíveis	

	2020	2019
Designados ao valor justo por meio do resultado	25.723	37.240
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	8.241	8.836
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	965	904
Despesas antecipadas e outros ativos		
Passivos		
Fornecedores e partes relacionadas	26.550	36.019
Debêntures	557.375	532.104
Outras contas a pagar	1.478	758
Riscos de mercado: a) Exposição a riscos cambiais: Em 31/12/2020, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. Em 31/12/2020, a administração efetuou análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras, que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir: • Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31/12/2020; • Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31/12/2020; • Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31/12/2020.		

José Renato Ricciardi Diretor Presidente	Alexandre Tuijtsoki Diretor Financeiro e de RI	Alexandre Lauriano de Menezes Controlador CRC ES-015214/O-3
--	--	---

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os responsáveis internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles in-

concessão e representa 82% do total do ativo em 31/12/2020. A avaliação da recuperação do ativo intangível da Companhia, foi significativa para a nossa auditoria, uma vez que o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de profissionais experientes para a avaliação das premissas e as metodologias usadas pela Companhia, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas e pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. Adicionalmente, comparamos os crescimentos projetados com dados histórico e fontes externas comparáveis. Também avaliamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada nas projeções. Examinamos, também, a adequação das divulgações da Companhia incluídas na Nota nº6, incluindo as premissas para as quais o resultado do teste de recuperação de ativos é mais sensível, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo sobre o valor recuperável do ativo intangível. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acerca do teste de valor recuperável dos intangíveis, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do intangível adotados pela Administração, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (i)	-	2,85%	3,56%	4,28%
Empréstimos indexador				
Debêntures 1ª série-CDI(ii)	(260.791)	(19.771)	(21.714)	(23.658)
Debêntures 2ª série-CDI(ii)	(297.395)	(26.828)	(29.074)	(31.320)
	(558.186)	(46.599)	(50.788)	(54.978)

Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Indexador

CDB e operações

compromissadas-CDI(iii)

Exposição líquida - perda

Aum. nas despesas financeiras em relação ao cenário-base

(i) Fonte: Boletim de índices financeiros da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa projetado para 2020. (ii) Ver Nota 7. (iii) Ver Nota 3. c) Risco de crédito: Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco. A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. conforme descrito na Nota 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema ele-

Modalidade	Juros contábil	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes:							
Contas a receber de clientes e poder concedente	8.241	-	8.241	-	8.241	-	-
Total	8.241	-	8.241	-	8.241	-	-
Passivos:							
Debêntures - principal (ii)	460.000	-	-	208.000	252.000	-	252.000
Debêntures - juros	98.186	90.980	-	11.621	177.545	-	177.545
Fornecedores e partes relacionadas	26.550	-	4.837	21.713	-	-	-
Outras contas a pagar	1.478	-	-	1.478	-	-	-
Total	586.214	90.980	4.837	242.812	429.545	-	429.545

(i) Fluxos de caixa futuro relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31/12/2020 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos. (ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures. **19. Informação por segmento:** A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia. **20. Seguros contratados:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são renovadas anualmente. Em 31/12/2020, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização - em milhares de reais	Vencimento do contrato
Seguro riscos - responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	54.300	Setembro/2021
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	34.000	Setembro/2021
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	19.650	Setembro/2021
Seguro garantia	Garantia de conservação da concessão	40.588	Setembro/2021
Seguro garantia	Garantia de ampliação de concessão	106.965	Setembro/2021

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e a que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

trônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a Companhia possui valores a receber da SEINFRA referentes à contraprestação pecuniária, previstos no contrato de concessão, que estão garantidos pela CODEMIG por meio de depósito em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 4. A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia. d) Risco de liquidez: O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. As debêntures, conforme mencionado na Nota 7, são um empréstimo-ponte e foram emitidas tendo em vista a liquidação da 1ª, 2ª e 3ª emissões de debêntures. A Companhia realizou, ainda, a 4ª emissão de debêntures, com vencimento em julho de 2022, tendo em vista o aumento do empréstimo-ponte para fazer frente aos investimentos, bem como o pagamento das debêntures da 3ª emissão. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. A medida que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI no encerramento do exercício:

Juros contábil	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes:						
Contas a receber de clientes e poder concedente	8.241	-	8.241	-	-	-
Total	8.241	-	8.241	-	-	-
Passivos:						
Debêntures - principal (ii)	460.000	-	-	208.000	252.000	-
Debêntures - juros	98.186	90.980	-	11.621	177.545	-
Fornecedores e partes relacionadas	26.550	-	4.837	21.713	-	-
Outras contas a pagar	1.478	-	-	1.478	-	-
Total	586.214	90.980	4.837	242.812	429.545	-

ternos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 19 de março de 2021. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. - CRC-25P034519/O-6; Luis Alexandre Marini - Contador CRC-1SP182975/O-5.**

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS
ESCOLA SARGENTO MAX WOLF FILHO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº. 52/2020

A Escola de Sargentos das Armas comunica a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no Sistema de Registro de Preços (SRP), para a contratação de empresa especializada no serviço de fretamento de ônibus. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços, a partir das 8h00min do dia 26 de março de 2021 até as 9h29min do dia 12 de abril de 2021, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no sítio www.gov.br/compras/pt-br/. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, às 9h30min do dia 12 de abril de 2021, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela Internet, endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br/), dirigida por um pregoeiro. O Edital é gratuito e está disponível no portal de compras do Governo Federal, na INTERNET. Três Corações-MG, 25 de março de 2021.

Alexsander Donisete da Fonseca - S Ten - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS/MG
Pregão Presencial nº 020/2021
Processo nº 041/2021

Objeto: Aquisição de combustível para atender a demanda da frota municipal.

Sessão de recebimento de propostas e julgamento: 08/04/2021 às 09h00min.

Maiores informações licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br



HOJE
EM DIA

ANUNCIE AQUI
(31) 3236-8001

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS
ESCOLA SARGENTO MAX WOLF FILHO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 5/2021 - AVISO DE SUSPENSÃO E REABERTURA

A Escola de Sargentos das Armas comunica que o Pregão Eletrônico SRP nº 5/2021 foi SUSPENSO para correções e adequações no edital e seus anexos. A referida licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no sistema de registro de preços para eventual contratação de empresa especializada nos serviços não continuados de manutenção de bens imóveis foi REAGENDADA e a participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços, a partir das 08:00 horas do dia 26 de março de 2021 até às 09:29 horas do dia 09 de abril de 2021, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no sítio www.comprasnet.gov.br. A reabertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, às 09:30 horas do dia 09 de abril de 2021, por meio de sistema eletrônico (comunicação pela Internet, endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br), dirigida por um pregoeiro. Edital é gratuito e está disponível no portal de compras do Governo Federal, na INTERNET. Três Corações- MG, 25 de março de 2021.

JOAO PAULO DE CARVALHO CORREA - Ten Cel - Ordenador de Despesas



HOJE
EM DIA

ANUNCIE AQUI
(31) 3236-8001

FRIGORÍFICO INDUSTRIAL VALE DO PIRANGA S/A
CNPJ. Nº 00.763.832/0001-60
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em A.G.O. e A.G.E., às 18h30min, em primeira convocação, podendo ser instalada em primeira chamada às 18h30m, havendo quorum legal, do dia 29 de abril de 2021, no auditório da sede social da empresa à Rodovia MG 826 Km 2 Ponte Nova Oratórios no município de Ponte Nova-MG, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: AGENDA DA A.G.O.: a) Análise e deliberações sobre o Relatório da Administração, Balanço Geral e Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2020. b) Destinação dos Resultados. c) Eleição dos membros do Conselho Fiscal. AGENDA DA A.G.E.: a) Fixação dos honorários dos Administradores e Diretores. b) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Ponte Nova, 19 de Março de 2021

Tito Garavini Soares
Presidente do Conselho de Administração

FACULDADES

PROMOVE

0800 031 2103

31 98488-7050



abnascientes
das gerais

CONCESSIONÁRIA DA
RODOVIA MG-050 S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/ME 08.822.767/0001-08 - NIRE 31.300.025.055

Aviso aos Acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., sociedade por ações com sede à Av. Joaquim André, 361, bairro Santa Clara, na cidade de Divinópolis/MG, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.822.767/0001-08 ("Companhia"), na sua sede e nos sites da Companhia e da CVM na Internet, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020. Divinópolis, 26 de março de 2021. **A Administração.**

Câmara Municipal de Betim - CMB - PAC 27/2021 – Concorrência 01/2021. Objeto: Prestação de serviço de locação de veículos. Em atendimento a pedido de esclarecimento referente ao edital da Concorrência 01/2021, PAC 27/2021, a Comissão Permanente de Licitação – CPL esclarece o seguinte: 1) A habilitação jurídica das empresas participantes está detalhada no item 4.7.2.1 do edital. 2) A documentação para a qualificação técnica está detalhada no item 4.7.2.3 do edital. 3) O escopo do serviço a ser prestado está devidamente detalhado no item 5 do Anexo II ao edital. 4) A qualificação econômico-financeira está detalhada no item 4.7.2.4 do edital. Ressalta-se que a integra do edital está publicada no site www.camarabetim.mg.gov.br e também pode ser retirada junto à Diretoria Geral da Câmara Municipal de Betim, à rua Rio de Janeiro, 330, 2º andar, Centro, Betim-MG. A CPL permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Fernando Augusto de Melo – Presidente da CPL-CMB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2021 - Objeto: **AQUISIÇÃO VEÍCULO CAMINHONETE TIPO PICAPE E MOTOCICLETA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SÁ/MG.** Abertura da sessão dia **12 de abril de 2021 às 09h00min.** Telefone: (38) 98816-0346 - Retirada de Edital: e-mail: licitacaofranciscosamg@gmail.com
Pregoeira Oficial - Steffany Hellen Ramos de Souza

SERVICO SOCIAL DO COMERCIO
SESC ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS
AVISO DE LICITAÇÃO
O Serviço Social do Comércio - SESC - Em Minas Gerais Comunica que será realizada Licitação na modalidade Leilão - nº 01/2021, que tem como objeto a alienação de mobiliário e outros materiais, de uso do SESC EM MINAS, no estado em que se encontram, a ser realizado pelo Leiloeiro Público Oficial – Ronald de Freitas Moreira, matrícula JUCEMG nº 1093. Realização do Leilão: na forma "Online": no site www.sandrasantosleiloes.com.br fechamento no dia 20/04/2021, a partir da 13:00 horas.

COMPANHIA SÃO JOANENSE DE PARTICIPAÇÕES
CNPJ 27.272.327/0001-79
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE ConvocaçãoSão convidados os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 8 de abril de 2021 às 16:00 horas na sede social à Rua Frei Cândido, 289 - São João Del Rei - MG, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: A) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2020; B) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2020; C) Eleger os membros da diretoria; D) Fixar o valor da remuneração dos membros da diretoria. São João Del Rei, 24 de março de 2021. Ass. Luciana Fernandes Couto – Diretora Vice-Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
Secretaria Municipal de Saúde. Aviso de Licitação. Pregão Presencial SRP SAÚDE Nº 37/2020. Processo de Compra nº 455/2020 – Tipo: Menor preço global. Objeto **Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de limpeza e desinfecção química de caixas e células e reservatórios d’água nas dependências internas e externas de todas as unidades de saúde do Município de Paracatu-MG.** Local da realização da sessão pública do PREGÃO: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Rua da Contagem, nº 2045 – Paracatuzinho, no dia **08-04-2021 às 09:00h.** EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - situada na Rua da Contagem, nº 2045 – Paracatuzinho e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br.
Paracatu, 25 de Março de 2021. **Cleidimar Monteiro Alves** – Pregoeira.

ONCOBIO SERVICOS DE SAUDE S.A. CNPJ : 26.645.426/0001-96				
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - (Em milhares de Reais)				
	31/12/2020	31/12/2019		
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.233	1.105		
Contas a receber de clientes	3.664	2.802		
Estoque	982	517		
Impostos a recuperar	487	8		
Outros ativos circulantes	308	332		
Total do ativo circulante	6.674	4.764		
NÃO CIRCULANTE				
Impostos diferidos	74	-		
Imobilizado	61.172	67.007		
Direito de Uso de Ativos Arrendados	28.028	29.229		
Intangível	475	761		
Total do ativo não circulante	89.749	96.997		
TOTAL DO ATIVO	96.423	101.761		
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)				
	31/12/2020	31/12/2019		
RECEITA LÍQUIDA	17.900	6.618		
Custo dos serviços prestados	(17.671)	(1.381)		
LUCRO BRUTO	229	5.237		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	(20.236)	(15.306)		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(29)	(1)		
Resultado de equivalência patrimonial				
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(20.036)	(10.070)		
Receitas financeiras	3	12		
Despesas financeiras	(2.495)	(1.941)		
RESULTADO FINANCEIRO	(2.492)	(1.929)		
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(22.528)	(11.999)		
Correntes	-	-		
Diferidos	74	-		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(22.454)	(11.999)		
DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)				
	31/12/2020	31/12/2019		
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(22.454)	(11.999)		
Outros resultados abrangentes	-	-		
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(22.454)	(11.999)		
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020				

1. INFORMACÕES GERAIS: A Oncobio Serviços Médicos de Saúde S.A. ("Companhia" ou "Oncobio") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Nova Lima – MG. Seu objetivo é a exploração dos serviços médicos em geral, quimioterapia, radioterapia, atividades de complementação diagnóstica e terapêutica, atividades médicas de atenção ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos e de exames complementares, e demais atividades de atenção à saúde humana. Pandemia de Covid 19 Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID19) como uma pandemia. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial, inclusive no Brasil. Quando analisamos o comportamento dos principais indicadores operacionais e financeiros da Companhia até o final do ano, identificamos que houve uma redução nos procedimentos oncológicos no 2º trimestre, com uma recuperação no 3º e 4º trimestres, devido a diversas campanhas de incentivo ao diagnóstico e tratamento do câncer. Ademais, a Companhia tomou algumas medidas estratégicas como reforço da posição de caixa e de estoques e campanhas para conscientização do paciente oncológico com o objetivo de evitar a interrupção do tratamento e suas indesejáveis consequências A Companhia avaliou, e permanece monitorando, todos os possíveis impactos da pandemia nas estimativas e perdas de valor justo e impairment de seus ativos, bem como os riscos relacionados aos seus investimentos, crédito, juros, câmbio, preço de ações, cotas de fundos de investimento e arrendamentos, todos descritos em suas respectivas notas explicativas. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo do CPC 10 (R1), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques ou valor em uso no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Administração da Companhia também aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCP 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas

pela Administração na gestão do negócio. **Continuidade operacional** - A administração tem, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.2. Investimento e Consolidação** - A Companhia não apresentou as demonstrações financeiras consolidadas em virtude da sua acionista controladora ter disponibilizado ao público as suas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36. Nas demonstrações financeiras da sociedade controladora, as informações financeiras das sociedades controladas e das coligadas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **2.3. Moeda funcional** - Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e também a moeda de apresentação pela Companhia. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez em até três meses contadas da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **2.5. Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros** - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, que determina a classificação dos ativos em três categorias: i) mensurados a valor justo por meio de resultado, ii) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e iii) mensurado ao custo amortizado. Estas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. **Ativo financeiro** - Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação** - Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. **Reconhecimento e mensuração** - Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são registrados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando existentes, são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. **Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **"Impairment" de ativos financeiros** - A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por "impairment" são reconhecidas somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)		
	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	(22.454)	(11.982)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	14.867	2.453
Provisões para perda de liquidação duvidosa e glosas	1.226	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(74)	(9.529)
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(2.088)	(2.802)
Estoque	(465)	(430)
Impostos a recuperar	(932)	(4)
Outros ativos	24	3.603
Fornecedores	2.536	(1.258)
Salários e encargos	500	342
Tributos a pagar	708	(72)
Caixa gerado pelas operações	(6.152)	(10.150)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(6.152)	(10.150)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(6.367)	(2.673)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.367)	(2.673)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
AFAC	12.722	-
Pagamento arrendamento	(1.440)	(1.479)
Aumento de capital	-	14.727
Mútuo com partes relacionadas	1.365	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	12.647	13.248
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	128	425
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.105	680
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.233	1105
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	128	425

resultado. **2.6. Contas a receber de clientes** - Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decorso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise das perdas de crédito esperadas estimadas, usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos menos a glosa e a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"), considerando o conceito de perdas esperadas. **2.7. Estoques** - Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde aos valores os quais a Companhia estaria receber em contrapartida pela transação de venda dos estoques. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição. **2.8. Imobilizado** - (i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Todos os gastos necessários para a imobilização são registrados como custo das imobilizações, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros, associados com os gastos, serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" no resultado. (ii) Depreciação - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a vida útil está assim demonstrada: 10 anos (ou 10% a.a.) para "Máquinas e equipamentos", "Instalações Móveis e utensílios" e "benfeitorias em imóveis de terceiros"; e 20 anos (ou 20% a.a.) para "Computadores e periféricos". **2.9. Ativos intangíveis** - Ativos intangíveis com vida útil definida - São reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada. São amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **2.10. Arrendamento Mercantil** - A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento é

apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. **2.11. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. **2.12. Imposto de renda e contribuição social** - A Companhia realiza a apuração do imposto de renda e contribuição social através do lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados sobre a receita apurada no trimestre, aplicados os percentuais de presunção sobre as mesmas, de acordo com a respectiva natureza. O percentual de presunção a ser aplicado para o IRPJ é de 8% e para a CSLL de 12%, sendo que as receitas financeiras deverão ser consideradas integralmente. Apurada a base de cálculo, para o cálculo do IRPJ, aplica-se a alíquota de 15% e de 10% sobre a base de cálculo tributável excedente de R\$ 60. Já para o cálculo da CSLL, aplica-se o percentual de 9% sobre a base de cálculo apurada. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **2.13. Reconhecimento de receitas** - (i) Serviços - A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia quando possa ser mensurada de forma confiável e com base na medição dos serviços prestados. A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é verificado conforme avaliação dos médicos em relação aos tratamentos médicos de cada paciente. A receita líquida é mensurada com base no valor nominal que se aproxima ao valor justo da contraprestação a ser recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios estabelecidos na norma para determinar que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia administra e controla os produtos e serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e futuras, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. (ii) Receitas financeiras - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivo. **2.14. Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.15. Outros ativos e passivos** - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente de transferir um recurso econômico como resultado de evento passado. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.16. Partes relacionadas** - As transações entre partes relacionadas são compostas por contas a receber de sócios, dividendos a receber, mútuos a receber e a pagar com sociedades coligadas e adiantamentos para futuro aumento de capital em sociedades controladas. **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS:** As estimativas e os julgamentos contábeis são revisados de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: **(a) Reconhecimento da receita** - A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. No caso dos convênios, a Companhia aplica a tabela contratual de preços. De forma geral, as notas fiscais são emitidas quando o convênio aprova a remessa de procedimentos enviada previamente para análise. Os valores dos serviços prestados para os quais o faturamento ainda não foi autorizado são reconhecidos como "Receitas a futuro". **(b) Provisão para crédito de liquidação duvidosa** - A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota explicativa nº5. Em caso de crédito contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária, esses deverão ser provisionados integralmente pelo valor do crédito deduzido por eventuais garantias reais oferecidas pelo devedor. A caracterização da glosa ocorre no momento do recebimento dos créditos. Uma vez identificada a glosa, esta é analisada e caso indevida, é protocolado um recurso junto a operadora de saúde para o recebimento do crédito. O prazo para recebimentos dos recursos varia de acordo com a operadora, mas inicia-se a partir do momento em que o recurso é protocolado. Devido à natureza da glosa, o critério para o provisionamento dessa, segue as regras definidas pela política interna da Companhia, considerando as perdas históricas e esperadas. **(c) Valor justo de instrumentos financeiros** - Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Diretoria
Diretor administrativo - Luis Roberto Natel de Almeida
Diretora geral - Erika Corrêa Vrandeic
Contador
Bráulio Rios Sá - CRC 117577/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG
PUBLICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICIPIO PEDRAS DE MARIA DA CRUZ/MG, torna público Processo Licitatório nº023/2021 - Pregão Presencial 013/2021, destinado a registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, insumos hospitalares, produtos de higiene e utensílios, abertura de envelopes 09/04/2021 às 09h00min, informações (38) 99744-2271 ou 3622-4140, www.pedrasdemariadacruz.mg.gov.br ou licitacao@pedrasdemariadacruz.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG
Retificação do Processo nº 008/21, Pregão P. nº 06/21. Objeto: Aquisição de Leite Especial e Fraldas Geriátricas. Edital: Site: Prefeitura, e-mail: licitacaopontochique2017@gmail.com ou Site.

Ponto Chique-MG, 25/03/21

Raiane Daimara Lopes Antunes - Pregoeira.

CISAJE – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha
Edital de Leilão 002/2021 - O Leiloeiro **Lucas Rafael Antunes Moreira**, JUCEMG 637, torna público que levará a leilão online através do site www.lucasleiloeiro.com.br no dia 16/04/2021 a partir das 09:00 horas, os bens inservíveis deste Consórcio, ônibus diversos. Local de visitação: Avenida Barão de Paraúna, 1653, Presidente. Dias de visitação: 12/04/2021 a 16/04/2021 no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.lucasleiloeiro.com.br ou pelo telefone: (37) 3242-2218.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os diretores do Sindicato dos Empregados e Instrutores de Auto Escolas dos CFC's do Estado de Minas Gerais SEAME por intermédio de sua presidência, convoca a toda a categoria, para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 27 de março de 2021 às 14:00 horas em primeira chamada. Não havendo quorum, será realizada a segunda chamada após 15 minutos, e se iniciará a reunião com qualquer número de presentes para deliberar sobre a seguinte pauta: A) aprovação e autorização para que o Sindicato ajuíze AÇÃO DE DISSÍDIO COLETIVO contra o SIPROCFC-MG, mediante de que após oito meses de negociação, não houve implemento da CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO; B) Aprovação e deliberação para que a diretoria declare greve, e tome as providências necessárias; C) Apresentação das atas de balançetes financeiros com a aprovação do CONSELHO FISCAL dos anos 2019 e 2020. A AGE será realizada por vídeo Conferência e a votação será por registro digital, em observação a pandemia e pelo motivo do decreto municipal, vedando aglomerações, no município da sede sindical.MARIA ELIZABETH DA SILVA presidente do SEAME -MG, Belo Horizonte, 17 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG
Aviso de Licitação - Pregão Presencial SRP nº. 18/2021 – Objeto: Aquisição de cestas básicas para distribuição às famílias em situação de vulnerabilidade social no município de Porteirinha. Dia da licitação: 08/04/2021 às 07:30hs. Local: Praça Presidente Vargas, 01 – Centro. Edital disponível: www.porteirinha.mg.gov.br. Informações pelo fone (38) 3831-1297 ou e-mail licitacao@porteirinha.mg.gov.br.

Porteirinha/MG, 25/03/2021. Adv. Mendes Silva – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG
Aviso de Licitação - Pregão Presencial SRP nº. 19/2021 – Objeto: Aquisição de dietas, fórmulas, leites e fraldas descartáveis para atendimento às Secretarias de Saúde e Desenvolvimento Social, exclusivo para empresas enquadradas como MPE. Dia da licitação: 08/04/2021 às 10:00hs. Local: Praça Presidente Vargas, 01 – Centro. Edital disponível: www.porteirinha.mg.gov.br. Informações pelo fone (38) 3831-1297 ou e-mail licitacao@porteirinha.mg.gov.br.

Porteirinha/MG, 25/03/2021. Adv. Mendes Silva – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI-MG

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2021
PROCESSO Nº 20/2021 - **Objeto:** Aquisição de Material Médico para Manutenção do Hospital Municipal e Programa Saúde da Família, no enfrentamento ao Covid-19, Conforme Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do decreto nº 17/2020, que declara estado de calamidade em saúde pública em razão da Pandemia do COVID-19, com fundamento no art. 4º da Lei Federal 13.979/2020 e no art. 24, IV, da Lei 8666/93. **Contratada:** BHMED- SUPRIMENTO HOSPITALAR EIRELI – CNPJ: 05.229.301/0001-05 - **Valor:** R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), **Contratada:** MULTILASER INDUSTRIAL S. A. – CNPJ: 59.717.553/0006-17 - **Valor:** R\$ 158.144,00 (cento e cinquenta e oito mil cento e quarenta e quatro reais). **Itacarambi, 24 de março de 2021.**
Nívea Maria de Oliveira – Prefeita Municipal.

HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI
(31) 3236-8001

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE OLEGÁRIO/MG
Aviso de Prorrogação / Extrato de Contrato - Pregão Eletrônico 017/2021/ Pregão Eletrônico 013/2021 / Adesão 001/2021 - Torna pública a prorrogação do PL 027/2021 PE 017/2021, Obj: aquisição de câmaras frias de acondicionamento de imunobiológicos para equipar salas de vacina do Município de Presidente Olegário de acordo com a Resolução SES/MG nº 6.286, de 25 de junho de 2018, a nova data será no dia 12/04/2021 às 9h00min na plataforma Licitnet, edital na íntegra no sítio: po.mg.gov.br/licitacoes. Lídia C. T. Braz - Pregoeira / Torna pública a prorrogação do PL 22/2021 PE 013/2021, cujo objeto é o registro de preços destinado a futura, eventual e parcelada aquisição de materiais para utilização nos leitos do Covid-19, a nova data será no dia 12/04/2021 às 09h00min na plataforma Licitnet, edital na íntegra no sítio: po.mg.gov.br/licitacoes. Betânia C. de Paulo Viana - Pregoeira Titular. / Extrato de Contrato nº 39/2021, referente ao PA 026/2021 Adesão 001, obj: aquisição de retroescavadeira, em conformidade com o PE 07/21 ARP 43/21, realizado pelo Município de Monte Carmelo em atendimento ao objeto do Convênio 894265/2019, celebrado entre o Município de Presidente Olegário e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Contratada: Bamaq SA. Bandeirantes Máquinas e Equipamentos. Contratante: Município de Presidente Olegário. Valor Total: R\$ 310.000,00. Data de assinatura: 17/03/2021. Vigência: Até 31/12/2021. Rhenys da Silva Cambraia - Prefeito Municipal. Inf. 34 3811-1231.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de São Francisco/MG torna público que fará realizar **Processo Licitatório nº 019/2021 na modalidade Pregão Eletrônico nº 007/2021**, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cópias reprográficas com locação de impressoras laser monocromática, multifuncional, a serem destinadas a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Administração Pública. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08:00 horas do dia 13/04/2021. Ass.: Miguel Paulo Souza Filho - Prefeito Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 99244-0099 ou via e-mail: licitacao@prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br. Consulta ao Edital: www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de São Francisco/MG torna público que fará realizar **Processo Licitatório nº 017/2021 na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2021**, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços funerários com translado de cadáveres e fornecimento de urnas mortuárias, a serem destinadas ao auxílio às famílias carentes do Município de São Francisco/MG, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08:00 horas do dia 12/04/2021. Ass.: Miguel Paulo Souza Filho - Prefeito Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 99244-0099 ou via e-mail: licitacao@prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br. Consulta ao Edital: www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br

ONCOCLÍNICAS PARTICIPAÇÕES MINAS GERAIS S.A. C.N.P.J.: 32.897.005/0001-55									
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)									
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO					
CIRCULANTE				LÍQUIDO					
Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019			
Impostos a recuperar	99	521		CIRCULANTE					
Total do ativo circulante	101	521		Fornecedores	4	-			
NÃO CIRCULANTE				Obrigações tributárias	164	-			
Investimentos	64.440	56.994		Contas a pagar de aquisições	17.959	22.536			
Outros ativos	1.245	-		Total do passivo circulante	18.127	22.536			
Total do ativo não circulante	65.685	56.994		NÃO CIRCULANTE					
TOTAL DO ATIVO	65.786	57.515		Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	1.150			
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)				PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
				Capital Social	5.199	3.374			
				Reserva de lucros	2.146	-			
				Reserva de capital	39.933	29.901			
				Reserva legal	381	206			
				Transação entre sócios	-	348			
				Total do Patrimônio Líquido	47.659	33.829			
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65.786	57.515			
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)					
Despesas gerais e administrativas	(17)	(29)			31/12/2020	31/12/2019			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	(1)		LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	3.509	4.118			
Resultado de equivalência patrimonial	2.884	4.946		Outros resultados abrangentes	-	-			
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.867	4.916		RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	3.509	4.118			
Receitas financeiras	806	2		DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - (Em milhares de reais)					
Despesas financeiras	-	(800)							
RESULTADO FINANCEIRO	806	(798)							
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.673	4.118							
Correntes	(164)	-							
Diferidos	-	-							
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.509	4.118							

1. **INFORMAÇÕES GERAIS:** Oncologia Participações Minas Gerais S.A. ("Companhia"). A Oncologia Participações Minas Gerais S.A., localizada em Belo Horizonte/MG, atua na participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista. É controladora do Núcleo de Hematologia e Transplante de Medula Óssea de Minas Gerais Ltda., localizada em Belo Horizonte/MG. **Pandemia de Covid 19** - Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID19) como uma pandemia. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial, inclusive no Brasil. A Companhia avaliou, e permanece monitorando, todos os possíveis impactos da pandemia nas estimativas e perdas de valor justo e impairment de seus ativos, bem como os riscos relacionados aos seus investimentos, crédito, juros, câmbio, preço de ações, cotas de fundos de investimento e arrendamentos, todos descritos em suas respectivas notas explicativas.

2. **RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:**

Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo do CPC 10 (R1), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques ou valor em uso no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Administração da Companhia também aplica na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCP 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na gestão do negócio.

Continuidade operacional - A administração tem expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

2.2. Investimento e Consolidação: A Companhia não

apresentou as demonstrações financeiras consolidadas em virtude da sua acionista controladora ter disponibilizado ao público as suas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36. Nas demonstrações financeiras da sociedade controladora, as informações financeiras das sociedades controladas e das coligadas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

2.3. Moeda funcional: Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e também a moeda de apresentação pela Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez em até três meses contadas da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

2.5. Instrumentos financeiros:

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, que determina a classificação dos ativos em três categorias: i) mensurados a valor justo por meio de resultado, ii) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e iii) mensurado ao custo amortizado. Estas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

Ativo financeiro - Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação - Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Reconhecimento e mensuração - Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são registrados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando existentes, são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

"Impairment" de ativos financeiros - A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	3.509	4.118
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	(2.884)	(4.946)
	625	(828)
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Impostos a recuperar	(2)	-
Outros ativos	(1.245)	-
Fornecedores	4	-
Obrigações tributárias	163	-
Caixa gerado pelas operações	(455)	(828)
Juros pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(455)	(828)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos recebidos	1.600	500
AFAC	(1.150)	-
Contas a pagar por aquisições	(4.576)	(33.577)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.126)	(33.077)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
AFAC	-	31.051
Dividendos pagos	(1.600)	-
Integralização de capital	1.825	3.374
Agio na integralização de ações	3.934	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	4.159	34.425
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(422)	520
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	521	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	99	521
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(422)	521

está deteriorado e as perdas por "impairment" são reconhecidas somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos.

2.7. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia realiza a apuração do imposto de renda e contribuição social através do lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados sobre a receita apurada no trimestre, aplicados os percentuais de presunção sobre as mesmas, de acordo com a respectiva natureza. O percentual de presunção a ser aplicado para o IRPJ é de 8% e para a CSLL de 12%, sendo que as receitas financeiras deverão ser consideradas integralmente. Apurada a base de cálculo, para o cálculo do IRPJ, aplica-se a alíquota de 15% e de 10% sobre a base de cálculo tributável excedente de R\$ 60. Já para o cálculo da CSLL, aplica-se o percentual de 9% sobre a base de cálculo apurada. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.8. Distribuição de dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.9. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente de transferir um recurso econômico como resultado de evento passado. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.10. Partes relacionadas: As transações entre partes relacionadas são compostas por contas a receber de sócios, dividendos a receber, mútuos a receber e a pagar com sociedades coligadas e adiantamentos para futuro aumento de capital em sociedades controladas.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS: As estimativas e os julgamentos contábeis são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos.

Diretoria
Diretor administrativo - Luis Roberto Natel de Almeida
Contador
Bráulio Rios Sá - CRC 117577/O-2

HOSPITAL SOCOR S/A. - CNPJ: 17.312.612/0001-12
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)
Ficam os senhores acionistas do HOSPITAL SOCOR S.A convocados para a AGO designada para 28/04/2021 às 14 horas, em sua sede localizada na Avenida do Contorno nº 10.500, Barro Preto, Belo Horizonte/MG, a fim de deliberarem sobre a aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício findo em 31/12/2020. Os documentos referidos no art. 133 da Lei 6.404/76 estão à disposição dos senhores acionistas para exame no mesmo endereço. Belo Horizonte/MG, 24/03/2021. A DIRETORIA.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.
CNPJ/MF: 08.596.628/0001-03 – NIRE 31300024466
AVISO AOS ACIONISTAS
Encontram-se à disposição dos senhores acionistas da **Hidrelétrica Cachoeirão S.A.**, no escritório Administrativo da companhia, na Rua Moacyr Ávidos, nº 340, 1º andar, bairro Esplanada, Colatina (ES), os documentos a que se refere o artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
Pocrane (MG), 25 de março de 2021.
Arthur Arpini Coutinho
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA - PROC. LICITATÓRIO Nº 0016/2021 - INEX-003-2021 - CREDENCIAMENTO 002/2021, torna público para conhecimento dos interessados que estará recebendo a partir do dia 30/04/2021 à 31/12/2021 das 07:30 à 12:30 horas, em sua sede na Avenida João Teixeira Filho, nº 335, Bairro Centro Comunitário - Jaíba/MG, documentos para Credenciamento de empresas, para realização de exames e procedimentos especializados, conforme tabela do Município, conforme especificações constantes do edital, disponível no site www.jaiba.mg.gov.br. Teófilo Gomes Caires, Presidente da CPL, informações e esclarecimentos, Tel. (38) 3833-1590 ou pelo e-mail: licitacoes@jaiba.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG, torna público a **Prorrogação da data de abertura** do P. L. nº 19/2021. P. E. SRP nº 005/2021. Obj.: Contratação de empresa especializada no fornecimento de veículos, zero quilômetro, ano fabricação - modelo 2021/2021, para atender as necessidades das Sec. Mun. de Assis. Social, Educação, Saúde e Sec. Mun. Adm. e Rec. Hum. **Em virtude do Decreto Municipal nº 18 de 24 de março de 2021 que antecipou os feriados municipais do ano corrente para os dias 29, 30 e 31 de março e 1 de abril de 2021.** Nova data de Abertura: dia 13/04/2021 às 08h10. Edital disponível no site: www.saojoaodaponte.mg.gov.br. site www.portaldecompraspublicas.com.br, no email licitaponte10@gmail.com.
São João da Ponte 25/03/2021. Laiane Pereira dos Santos - Pregoeira.

MUNICÍPIO DE FORTUNA DE MINAS/MG
Aviso de Licitação - Pregão Presencial 05/2021 - Processo Licitatório 15/2021. O Município de Fortuna de Minas/MG torna pública a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial para Aquisição de Registro de preço Eventual **AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GÁS DE COZINHA E MATERIAIS DE COPA E COZINHA.** Sessão de recebimento dos envelopes **14/04/2021** com protocolo até às 09hs, na Prefeitura. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Av. Renato Azeredo, 210, centro, para consulta e ou gratuitamente através do e-mail: licitacao@fortunademinas.mg.gov.br. Informações pelo (31) 3716-7111 ou 3716-7138 com Hênio Cesar Souza, Presidente da Comissão de Licitação.

AVISO DE PRORROGAÇÃO - PROCESSO Nº 008/2021 - DISPENSA Nº 004/2021 - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG, torna público para conhecimento dos interessados que FICA PRORROGADO o prazo de recebimento das documentações e projeto de venda para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para 09/04/2021. Informações e esclarecimentos pelo tel. (38) 3833.1590, email licitacoes@jaiba.mg.gov.br. Jaiba, 25 de março de 2021. Teófilo Gomes Caires - Presidente da CPL.

TAQUARIL MINERAÇÃO S.A.							
CNPJ/MF Nº 12.374.235/0001-22.							
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Disponibilidades		289	5	Fornecedores		463	678
Créditos e valores a receber		<u>472</u>	<u>1.087</u>	Obrigações sociais e tributárias		35	269
		<u>761</u>	<u>1.092</u>	Contas a pagar		<u>46</u>	<u>947</u>
						<u>544</u>	<u>947</u>
				Não circulante			
				Partes relacionadas		-	<u>922</u>
				Patrimônio líquido	5		
				Capital social		24.300	15.500
				Capital a integralizar		<u>(1.298)</u>	<u>(1.514)</u>
				Capital integralizado		23.002	13.986
				Prejuízos acumulados		<u>(2.522)</u>	<u>(2.251)</u>
						20.480	11.735
Não circulante				Adiantamentos para aumento de capital		-	4.869
Realizável a longo prazo:						<u>20.480</u>	<u>16.604</u>
Depósitos judiciais		4	4			<u>21.024</u>	<u>18.473</u>
Imobilizado	4	<u>20.259</u>	<u>17.377</u>				
		<u>20.263</u>	<u>17.381</u>				
		<u>21.024</u>	<u>18.473</u>				
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)							
				Capital Social			
				Capital			
				subscrito	Capital a	Capital	
					integralizar	integralizado	
							Prejuízos
							acumulados
							Adiantamentos
							para aumento
							de capital
							Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		15.500		(1.514)	13.986	(1.911)	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	12.075
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(340)	4.869
Saldos em 31 de dezembro de 2019		15.500		(1.514)	13.986	(2.251)	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	(340)
Aumento do capital social conforme AGE de 02/09/2020		8.800		216	9.016	-	4.869
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(271)	2.804
Saldos em 31 de dezembro de 2020		24.300		(1.298)	23.002	(2.522)	1.343
							1.343
							(271)
							-
							20.480

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

	Capital Social			Prejuízos	Adiantamentos	
	Capital	Capital a	Capital	acumulados	para aumento	Total
	subscrito	integralizar	integralizado		de capital	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	15.500	(1.514)	13.986	(1.911)	-	12.075
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	4.869	4.869
Prejuízo do exercício	-	-	-	(340)	-	(340)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	15.500	(1.514)	13.986	(2.251)	4.869	16.604
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	2.804	2.804
Aumento do capital social conforme AGE de 02/09/2020	8.800	216	9.016	-	(7.673)	1.343
Prejuízo do exercício	-	-	-	(271)	-	(271)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>24.300</u>	<u>(1.298)</u>	<u>23.002</u>	<u>(2.522)</u>	-	<u>20.480</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Companhia tem por atividade principal a exploração e aproveitamento de jazidas e resíduos de minérios ferrosos e não ferrosos em todo o território nacional, compreendendo pesquisa, extração, transporte, beneficiamento, comercialização de minérios ferrosos e não ferrosos próprios ou de terceiros, beneficiamento para terceiros e a compra e venda de minérios ferrosos ou não ferrosos. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional que implica no desenvolvimento do projeto para implantação do Complexo Minerário Serra do Taquaril (CMST), no município de Nova Lima, Minas Gerais, que terá por objetivo a extração, beneficiamento e comercialização de minério de ferro. Em 2012, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), sucedido pela Agência Nacional de Mineração (ANM), aprovou o Plano de Aproveitamento Econômico Integrado da Companhia relacionado aos direitos minerários do mencionado projeto. A Administração da Companhia trabalha para obter o licenciamento ambiental do projeto, necessário à obtenção da concessão de lavra. A expectativa da Administração é que as receitas geradas na produção, beneficiamento e comercialização do minério de ferro suplantarão, com larga margem, os custos e as despesas operacionais correspondentes, considerando também a amortização dos investimentos realizados e planejados. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as regras previstas na legislação societária brasileira (lei das sociedades por ações) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia considerou, na elaboração das demonstrações contábeis, o pressuposto da continuidade operacional, ou seja, que a Companhia iniciará as suas operações e continuará a operar em futuro previsível e, portanto, será capaz de realizar os seus ativos e liquidar os seus passivos no curso normal dos seus negócios. Em 23 de fevereiro de 2021, a Administração da Companhia aprovou as demonstrações contábeis e autorizou sua divulgação. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis a seguir descritas foram adotadas consistentemente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Resultado do exercício - E** apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. As receitas são reconhecidas no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há incerteza quanto a sua realização. **b) Ativos circulares -** Estão apresentados pelo seu valor líquido de realização. **c) Ativo imobilizado -** A Companhia reconhece um ativo imobilizado resultante dos (i) pagamentos realizados para aquisição de bens e direitos minerários, e (ii) gastos com o desenvolvimento de projeto para implantação de complexo minerário, que compreendem, principalmente, estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos; perfuração exploratória; valas; amostragens; e atividades relacionadas com a avaliação de viabilidade técnica e comercial da extração do recurso mineral, e estão diretamente associados com recursos minerais específicos (minério de ferro). Esses ativos serão amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na relação existente entre a quantidade de minério extraída no período de apuração e a posseira conhecida da mina (quantidade estimada de minérios da jazida). **d) Redução ao valor recuperável de ativos -** O imobilizado e os ativos circulares relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indicio de perdas não recuperáveis. A Administração analisou os valores dos seus ativos na data do balanço e constatou que não há indicadores de desvalorização, bem como eles são realizáveis em prazos satisfatórios. **e) Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social, quando aplicável, são calculados pelas alíquotas estabelecidas pela legislação em vigor na data do balanço, aplicados sobre o lucro tributável e, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real. **f) Passivos circulares e não circulares -** Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais -** A Companhia adota as seguintes práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais: (i) os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, sendo apenas divulgados em nota explicativa aqueles para os quais há perspectiva de êxito provável; (ii) os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles cujas perdas forem avaliadas como possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os avaliados como perdas remotas não são provisionados, nem divulgados; e (iii) as obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia tenha questionado ou não a inconstitucionalidade de tributos. **h) Estimativas contábeis -** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, substancialmente, o valor residual (recuperável) do ativo imobilizado e o valor de realização dos créditos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Administração
Saulo Wanderley Filho - Diretor Presidente
Bruno Wanderley - Diretor Financeiro
Responsável técnico
Márcio Luís Andrade - Contador CRC/MG 64.661/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da Taquaril Mineração S.A.
Belo Horizonte - MG
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Taquaril Mineração S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Taquaril Mineração S.A., em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia encontra-se em fase pré-operacional que implica no desenvolvimento do projeto para implantação do complexo minerário que terá por objetivo a extração, beneficiamento e comercialização de minério de ferro, conforme mencionado na nota explicativa 1. A Administração entende que conseguirá viabilizar o licenciamento ambiental do referido projeto minerário que permitirá à Companhia iniciar as suas operações e continuar a operar em futuro previsível. Como consequência, entende também que a Companhia será capaz de realizar os seus ativos e liquidar os seus passivos no curso normal dos

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V.Sas. e sociedade em geral, as demonstrações contábeis da **TAQUARIL MINERAÇÃO S.A.** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Despesas operacionais:		
Gerais e administrativas	(257)	(322)
Resultado financeiro:		
Despesas financeiras	<u>(14)</u>	<u>(18)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(271)</u>	<u>(340)</u>
Prejuízo do exercício por ação	<u>(0,011)</u>	<u>(0,022)</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo do exercício	(271)	(340)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício às disponibilidades líquidas obtidas das (aplicadas nas) atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1	1
	<u>(270)</u>	<u>(339)</u>

Variações nos ativos e passivos		
Diminuição (aumento) nos créditos e valores a receber	615	(93)
Aumento (diminuição) nas obrigações sociais e tributárias	(234)	179
Aumento (diminuição) nos fornecedores	(215)	190
Aumento no contas a pagar	46	-
Disponibilidades líquidas obtidas das (aplicadas nas) atividades operacionais	<u>(58)</u>	<u>(63)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de ativo imobilizado	<u>(2.883)</u>	<u>(2.432)</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(2.883)</u>	<u>(2.432)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:		
Aumento do capital social	9.016	-
Adiantamento para aumento do capital social	(4.869)	4.869
Diminuição dos mútuos passivos com partes relacionadas	<u>(922)</u>	<u>(2.375)</u>
Disponibilidades líquidas obtidas das atividades de financiamentos	<u>3.225</u>	<u>2.494</u>
Aumento (diminuição) nas disponibilidades	<u>284</u>	<u>(1)</u>
Disponibilidades no início do exercício	<u>5</u>	<u>6</u>
Disponibilidades no final do exercício	<u>289</u>	<u>5</u>

seus negócios, e, por isso, considerou, na elaboração das demonstrações contábeis, o pressuposto da continuidade operacional. Entretanto, a manutenção das atividades da Companhia dependerá do suporte financeiro dos seus acionistas e ou de terceiros até que a exploração das suas reservas minerais se torne rentável. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso as suas atividades não apresentem o resultado esperado, que dependem do sucesso de suas operações futuras. Assim sendo, o conjunto das demonstrações contábeis deve ser lido considerando esse contexto. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 12 de março de 2021.

Gilberto Galinkin - Contador CRC MG-035718/O-8
Baker Tilly Brasil Auditores Independentes CRC-MG 005455/O-1
Paulo César Santana - Contador CRC MG-020.161/O-0
Baker Tilly Brasil Auditores Independentes CRC- MG 005455/O-1

PREFEITURAMUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

Aviso de Licitação
Processo nº 048/2021
Pregão nº 024/2021

Objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares destinados a manutenção das unidades de saúde deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 12/04/2021. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas.
25/03/2021.
Astor José de Sá - Prefeito Municipal.

HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI

(31) 3236-8001

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQBIM/MG
AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 017/2021

O Município de ItaQBim torna pública, a retificação realizada no Pregão Presencial 017/2021, a saber: retira-se do Edital as exigências constantes nas alíneas f) e f.1) do item 7 (sete) do edital. As demais cláusulas permanecem inalteradas, assim como data de abertura. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento Municipal de Licitação e Patrimônio, situado na Rua Belo Horizonte, 360, Centro, CEP: 39.625-000 - ItaQBim/MG, Fone: (33) 3734-1157 ou e-mail: licitacao@itaqbim.mg.gov.br. Jairo Batista Pontes - Pregoeiro Interino.

TRINDADE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ 30.222.689/0001-00 - NIRE 3121215785-5

ATA DA REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: Aos 19 (dezenove) dias de março do ano de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Trindade Investimentos e Participações Ltda., na Rodovia BR 381, nº 2.111, Bloco A, Andar 01, Sala 03, Bairro Amazonas, Contagem/MG, CEP: 32.240-090 ("Sociedade"). **PRESENÇA:** Presentes os sócios representativos da totalidade do capital da Sociedade, razão pela qual restaram dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do § 2º do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/02.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Na qualidade de Presidente da Mesa, o Sr. Gilberto de Andrade Faria Júnior, que convidou o Sr. Felipe de Andrade Faria para Secretário da Mesa. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade. **DELIBERAÇÕES:** Abertos os trabalhos, foi aprovada, por unanimidade, a lavratura da presente ata em forma de sumário. Os sócios aprovam, por unanimidade e sem ressalvas, reduzir o capital social no valor de R\$ 16.260.100,00 (dezesseis milhões, duzentos e sessenta mil e cem reais), nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, considerando que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objeto da Sociedade, de modo que, o capital social que atualmente é de R\$ 24.595.891,00 (vinte e quatro milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, oitocentos e noventa e um reais), passará a ser de R\$ 8.335.791,00 (oito milhões, trezentos e trinta e cinco mil, setecentos e noventa e um reais). Dessa forma, deliberam ainda que, conforme disposto no artigo 1.084 do Código Civil, o montante da presente redução será devolvido na proporção do valor nominal das quotas da sociedade.

ENCERRAMENTO: Como nada mais havia a ser tratado, a ata de reunião foi lida, posta em discussão, aprovada e assinada pela unanimidade dos presentes. Mesa: Gilberto de Andrade Faria Júnior - Presidente da Mesa, Felipe de Andrade Faria - Secretário da Mesa. Sócios Presentes: Gilberto de Andrade Faria Júnior, Pedro de Andrade Faria, Felipe de Andrade Faria, Gabriel de Andrade Faria.

Varginha (M.G.), 24 de março de 2021.

VÉRDI LÚCIO MELO - Prefeito Municipal



**HOJE
EM DIA**

**ANUNCIE
AQUI**

(31) 3236-8001

CNPJ Nº 21.759.760/0001-57 - NIRE 3121032291-3

Elaine Maria Ribeiro Pires – Presidente da CPL

Editale n°: 013/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

A Pregoeira

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL Nº 08/2021 E REABERTURA DE PRAZO

